

Meio milhão de pessoas sem acesso a fisioterapia

27-Jul-2009

"Utentes do distrito de Viseu são levados de táxi a outros distritos devido à falta de convenções com privados.

O distrito de Viseu, com quase meio milhão de habitantes, é considerado uma ilha no acesso a tratamentos de fisioterapia. A ausência de convenções com privados faz o Estado pagar táxis para levar utentes fora da região.

Alfredo, Emília e João. Três

peças que têm em comum, para além da amizade, o infortúnio de padecerem de doenças, ainda que de natureza diversa, que as obrigam a usar bengalas para conseguirem caminhar.

Indisponíveis para aceitarem como "fatalidade" a falta de resposta do Serviço Nacional de Saúde (SNS) para a realização de sessões de fisioterapia na terra onde moram, nomeadamente, de manutenção, estão dispostos a tudo para lutar pelos seus direitos.

"Estamos aqui três, mas poderemos estar muitos mais se for caso disso. O Estado tem de encontrar soluções que nos devolvam alguma da qualidade de vida perdida. Sem que para isso tenhamos de sujeitar-nos a ir várias vezes por semana, de táxi ou de ambulância, e sujeitos a longas esperas, para os distritos de Coimbra ou da Guarda.", reclama João Assis.

Paraparesia Espástica. É a doença hereditária degenerativa do sistema nervoso central que afecta a família Assis. Uma doença que pode incapacitar a 100% o sistema motor, sem o acesso regular a fisioterapia. "O distrito não tem essa resposta. Há pessoas com problemas graves na coluna, que vão e vêm todos os dias para Coimbra. Chegam a sair às oito e a chegar às 22 horas a casa", acusa Assis.

As reclamações não param. E atingem transversalmente todas as entidades desde o presidente da República ao presidente da Câmara de Viseu.

"Batemos a todas as portas. A exemplo de beneficiários de outros subsistemas, queremos fazer fisioterapia nas clínicas privadas. Sai mais barato ao Estado do que ir de táxi para Gouveia", propõe o utente.

Alfredo Mendes, que em Junho do ano passado ficou a saber que sofre de atrofia muscular progressiva e crónica, fala em discriminação inadmissível. "Na mesma família, dependendo dos subsistemas a que cada um está ligado, há quem pague um euro numa clínica privada e quem não fora do distrito tenha resposta", condena.

Emília Alves está a perder a mobilidade das pernas, devido a erro médico cometido em 1985: "Deixaram-me uma compressa entre a cabeça do fêmur e a anca". De operação em operação e prótese em prótese, com a coluna torta, reclama o acesso livre a tratamentos acessíveis que lhe façam a justiça que nunca reclamou."

TERESA CARDOSO

Em: Jornal de Noticias